



## *Câmara Municipal de Aracruz*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça e Redação

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Proposição:** Projeto de Decreto Legislativo nº 097/2025.

**Ementa:** Concede o Título de Cidadão Aracruzense ao senhor: Davi Alves de Souza.

**Autoria:** Poder Legislativo – Vereadora Mônica de Souza Pontes Cordeiro.

**Relator:** Vereador José Gomes dos Santos.

#### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo tramitando nesta casa legislativa, distribuído à relatoria deste Vereador, no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, para que, dentro de suas atribuições, possa opinar sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do supracitado projeto que concede o “Título de Cidadão Aracruzense” ao senhor Davi Alves de Souza.

#### II – DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nos termos do artigo 70, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a análise dos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa das proposições.

Ainda, conforme preconizado no artigo 70, inciso I, alínea “e” do mesmo diploma legal, à “Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade de matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno”.

Desta forma cabe a esta comissão a análise do presente projeto de Decreto Legislativo em comento.

#### III – DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE

Especificamente quanto a constitucionalidade material e formal, não vislumbro qualquer violação a princípios ou regras de ordem constitucional ou legal, nem ainda incompatibilidade com as normas infraconstitucionais que regulam a matéria.

Isso porque, a elaboração de projeto de decreto legislativo é matéria de competência exclusiva da Câmara Municipal, nos termos do artigo 35, § 1º, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, senão vejamos:

*Art. 35. Os decretos legislativos e as resoluções são atos da competência exclusiva da Câmara Municipal.*



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o identificador 330036003600350030003A00540052004109. Documento assinado digitalmente.

Professor Lobo, 550 - Centro - Aracruz - ES - CEP 29.190-062 - Tel: (27) 3256-9491 - Site: [www.aracruz.es.leg.br](http://www.aracruz.es.leg.br)  
Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação - (27) 3256-9461 - CNPJ: 39.616.891/0001-40 - E-mail: [legislativo@aracruz.es.leg.br](mailto:legislativo@aracruz.es.leg.br)



## *Câmara Municipal de Aracruz*

**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

**Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça e Redação**

*§ 1º O decreto-legislativo destina-se a regular matérias que excedam os limites da economia interna da Câmara Municipal, tais como:*

*[...]*

*VI - Concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;*

No mesmo sentido reza o regimento interno, em seu artigo 152, inciso IV:

*Art. 152. Os Decretos Legislativos e as Resoluções são atos de competência exclusiva da Câmara Municipal.*

*IV - concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;*

### **IV – DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO**

Por se tratar de projeto de decreto legislativo deve ser observada votação secreta, conforme esculpido no artigo 233, inciso III, do Regimento Interno desta Casa Augusta de Leis.

### **V – DA TÉCNICA LEGISLATIVA**

A Constituição Federal estabeleceu, no parágrafo único do seu artigo 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis, o que se consumou com a promulgação da LC nº 95/98.

Tal norma atendeu tais preceitos e estabeleceu diretrizes para a organização do ordenamento jurídico. Analisando o projeto de decreto legislativo, observo que a proposição está em conformidade com a referida norma.

### **VI – CONCLUSÃO (VOTO DO RELATOR)**

Ante o todo o anteriormente exposto, nos termos da fundamentação lançada neste parecer, entendo que o Projeto de Decreto Legislativo nº 97/2025, de autoria da Vereadora Mônica de Souza Pontes Cordeiro, está em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro, razão pela qual esta Relatoria se manifesta pela CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE.

Aracruz/ES, 18 de setembro de 2025.

José Gomes dos Santos (LULA)

Vereador - PSB



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o identificador 330036003600359930003A00540952004109. Documento assinado digitalmente

por Prof. Lobo, 550 Centro - Aracruz - ES - CEP 29.190-062 - Tel: (27) 3256-9491 - Site: [www.aracruz.es.leg.br](http://www.aracruz.es.leg.br)  
Conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.  
Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação - (27) 3256-9461 - CNPJ: 39.616.891/0001-40 - E-mail: [legislativo@aracruz.es.leg.br](mailto:legislativo@aracruz.es.leg.br)

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330036003600350030003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **JOSÉ GOMES DOS SANTOS** em 18/09/2025 09:08

Checksum: **177E99E64178D873CAE300D6FF1A76A047A260978C0B12C5489FE05E1F420B65**

Assinado eletronicamente por **JOSÉ EDILSON SPINASSÉ** em 18/09/2025 12:37

Checksum: **CCB59E4C0408FA2C53F27B484DA90364C8FFA4C9A206E6446FA9493C8876F6F9**

Assinado eletronicamente por **GUSTAVO ROSSONI BARCELOS** em 19/09/2025 09:05

Checksum: **476E1F5C726D973995E076E6533A33DCCB23BA7668FC6AFDC96DB4D7489CF58D**

